



# RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2019

## INTRODUÇÃO:

---



Fundado em 6 de maio de 1974 por Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota, o Partido Social Democrata, então sob o nome Partido Popular Democrático (P.P.D.), veio a ser legalizado em 17 de janeiro de 1975, alterando a sua designação em 3 de outubro de 1976. O seu símbolo viria a ser criado em julho, onde se destacam as três setas, representativas dos valores fundamentais da social-democracia, a saber, a liberdade, a igualdade e a justiça social, a solidariedade.

Este relatório que agora se apresenta versa sobre a atividade e as contas do Partido no exercício económico de 2019.

**Nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 25.º dos Estatutos do PSD, cabe ao Secretário-Geral do Partido Social Democrata remeter as contas do Partido para sua aprovação, norma a que se dá cumprimento com esta apresentação e explicação das contas do ano de 2019.**

Este relatório e contas surge no culminar de cerca de dois anos de mandato da Comissão Política Nacional liderada pelo Dr. Rui Rio, espelhando, portanto, os resultados da atividade e da gestão impressos neste período pelos órgãos dirigentes. A tomada de posse dos órgãos nacionais, na sequência do 37.º Congresso Nacional do PSD, havia ocorrido em 18 de fevereiro de 2018.





## A ATIVIDADE NO ANO DE 2019:

Em 2019 filiaram-se 3.422 novos militantes e desfilaram-se 691 militantes.

**No ano de 2019 destacam-se as seguintes iniciativas, eventos ou momentos do PSD:**

- a) Campanhas eleitorais associadas às eleições europeias, legislativas e Regionais da Madeira;
- b) Eventos do Conselho Estratégico Nacional, incluindo a 1ª Convenção Nacional no Europarque;
- c) Comemoração do 45º Aniversário do Partido;
- d) Festa do Pontal em 31/08/2019 em Monchique;
- e) Coorganização da 11ª Universidade de Verão, entre 23/08 e 01/09/2019.;
- f) Revisão do Regulamento Financeiro e ampliação dos casos de isenção de quotas no Regulamento de Quotizações;
- g) Por iniciativa do PSD da Madeira, a organização do já tradicional evento do Chão da Lagoa;
- h) Conselhos Nacionais;
- i) Congresso do PSD Madeira;
- j) Conferência Nós Europa;
- k) Missa Sá Carneiro em 04/12/2019;
- l) Preparação das eleições diretas ocorridas em janeiro de 2020.

Além do descrito, de realçar que o Partido continuou, no ano de 2019, em vários momentos da sua vida interna, a apostar na proximidade com os militantes, em eventos das Distritais, Secções ou de outras estruturas.

Na área da comunicação continuou-se a aposta na promoção do Partido e da sua atividade através das redes sociais e de outros dispositivos, apostando-se cada vez mais na profissionalização destes canais.

Em 2019 decorreram as eleições europeias, as eleições legislativas e as eleições Regionais da Madeira. A par destas eleições de grande relevância nacional ocorreram, ainda, cinco eleições autárquicas intercalares, a saber, para as Assembleias de Freguesia de Talhadas (Sever do Vouga/Aveiro), da União de Freguesias de Travessô e Óis da Ribeira (Águeda/Aveiro), Pias (Monção/Viana do Castelo), Argoncilhe (Santa Maria da Feira/Aveiro) e para a Câmara Municipal de Castro Marim (Faro). As contas referentes às campanhas eleitorais encontram-se refletidas nas Demonstrações Financeiras apresentadas pelo PSD e aqui em anexo.

Continuando o trabalho já iniciado em 2018, a Secretaria Geral continuou a empenhar esforços para o pagamento das suas responsabilidades junto dos fornecedores, como se pode constatar pelas demonstrações financeiras. A título comparativo, apresentam-se os saldos que evidenciam esta evolução.

**Destaca-se na amortização do passivo o pagamento de 783.414 euros referentes às eleições autárquicas de 2017, um valor muito expressivo e resultante do esforço da Sede Nacional para a regularização das dívidas.** Recorde-se, por exemplo, que a Secretaria Geral fez aprovar em Conselho Nacional, no Orçamento do Partido, para o ano de 2019, uma verba adicional para regularização de saldos passivos das autárquicas de 2017, que foi distribuída com critérios objetivos pelas Distritais.

Eleições	Ano	Saldo a 31.12.2018 Valor em €	Saldo a 31.12.2019 Valor em €	Varição (abs.)	Varição (%)
Autárquicas	2005	464 286	500 932	36 646	7,89%
	2009	407 439	365 108	-42 331	-10,39%
	2013	552 440	551 282	-1 158	-0,21%
	2017	1 920 502	1 137 088	-783 414	-40,79%
Autárquicas intercalares	2015	426	426	-	-
	2016	2 790	2 048	-742	-26,59%
	2019	-	3 346	-	-

Nota: o valor constante no saldo das autárquicas de 2005 sofreu uma variação em resultado de uma reclassificação. Existia despesa classificada contabilisticamente como sendo de 2009, mas que afinal era de 2005, razão pela qual se regista uma variação negativa em 2009 e uma variação positiva em 2005 no mesmo montante.

No que respeita ao Passivo, **registra-se uma redução de 13% em 2019, num montante total de 1,2 milhões de euros**, resultado alcançado através da contenção de custos na Sede Nacional, com a liquidação de dívidas a fornecedores e o pagamento de 500 mil euros à Assembleia da República, a título de devolução de subvenção recebida em excesso nas eleições autárquicas de 2013.

A este propósito, **refira-se que a Sede Nacional, por sua iniciativa, regularizou uma parte substancial desta subvenção recebida em excesso, tendo solicitado à Assembleia da República a devolução do remanescente em prestações.** Esse pedido foi deferido e autorizado até dezembro de 2021, **pese embora as expectativas sejam de que a amortização integral desse passivo ocorra antes dessa data.** Para o efeito, o valor remanescente de subvenção ainda a receber das eleições legislativas de 2019, num montante de 153 mil euros, será integralmente entregue para o pagamento à Assembleia da República. Este era um problema que nunca havia sido resolvido e que o Partido não podia desconsiderar. **As verbas recebidas em excesso constituem dinheiro dos contribuintes que o Partido tem de devolver, pelo que deve canalizar todos os fundos de que disponha para que tal ocorra o mais depressa possível, a bem da defesa da transparência e da seriedade da nossa instituição política.**

Contrariando o sucedido no exercício de 2017, onde o resultado líquido do período foi negativo em 2,48 milhões de euros, 2018 significou uma inversão da tendência, tendo o ano terminado com um resultado positivo de 764 mil euros. **E 2019 manteve e melhorou este caminho, tendo sido possível registar um resultado líquido positivo de 891 mil euros.**

**Note-se que a redução do Passivo só não foi maior porque foi registado um aumento do passivo na gestão corrente do PSD Madeira no valor de 360 mil euros**, referente à organização do evento Chão da Lagoa. Se não fosse esta circunstância o Passivo do PSD teria reduzido em 1,56 milhões de euros. Este facto deve merecer uma profunda reflexão por parte da estrutura Regional do Partido. O Partido deve viver apenas e só com os fundos de que efetivamente dispõe ou espera com certeza vir a dispor. Note-se, também, que o passivo de médio e longo prazo que hoje continua a persistir nas contas do PSD em termos consolidados respeita essencialmente a financiamentos bancários do PSD Madeira. Fruto do empenho da Sede Nacional junto de vários Bancos, foi possível iniciar em 2019 um processo de renegociação dos financiamentos bancários do PSD Madeira, operação concretizada já no início de 2020 e que vem permitir uma gestão menos pressionada da tesouraria do PSD Madeira.

Assim, fruto de todos estes eventos e dos resultados da gestão já obtidos em 2018, **a Situação Líquida do Partido, que era em 2017 negativa em 1,3 milhões de euros, manteve-se positiva em 19 milhões de euros**, confirmando a solidez financeira do PSD. **E esta solidez é também confirmada pelo facto de a situação líquida ter evoluído positivamente entre 2018 e 2019, de 18,8 milhões de euros para os tais 19,1 milhões de euros, o que evidencia o reforço dos capitais próprios do partido.**



Os resultados alcançados significam uma mudança muito importante para o Partido e contribuem para a forma como os operadores externos, nomeadamente o sector bancário, habitualmente financiador das campanhas eleitorais, percecionam a solvabilidade do PSD. Hoje, qualquer classificação de *rating* aplicável ao Partido não pode ignorar a inversão da tendência e dos bons resultados alcançados. Isso mesmo foi comprovado nas eleições Regionais da Madeira em 2019, que pela primeira vez na história do Partido contaram com o apoio parcial através de financiamento bancário, liquidado integralmente ainda em 2019.

**Contudo, estes resultados não devem desviar o PSD do caminho de consolidação das suas contas financeiras e da aposta na redução do Passivo, que ascende, ainda, aos expressivos 8,5 milhões de euros.**

De referir que para a redução do Passivo contribuiu também o esforço de todo o Partido e das suas estruturas, que percecionando os desafios financeiros se associaram ao esforço de consolidação das contas e à liquidação do Passivo. A título de exemplo, recorde-se a continuação da cativação de quotas ao nível Distrital para, com o espírito de solidariedade interna, ajudar as secções ou as candidaturas autárquicas a liquidarem as responsabilidades para com fornecedores ou, ainda, a realização de donativos para a liquidação de excessos de despesa em campanha eleitoral. Neste campo, é claro que quanto menor for o Passivo do Partido, maior autonomia as suas estruturas poderão ter no que respeita à realização da sua missão, a saber, o desenvolvimento da atividade política. O freio do Passivo constrange a capacidade política do PSD, facto que tem de ser contrariado e resolvido na linha do tempo.

Na sequência da avaliação ao justo-valor dos ativos, promovida no final de 2018, em 2019 registou-se um valor em amortizações do Ativo não corrente superior, evento que não prejudicou, contudo, os bons resultados alcançados.



# RESULTADOS FINANCEIROS DAS CAMPANHAS ELEITORAIS EUROPEIAS, LEGISLATIVAS E REGIONAIS DA MADEIRA:

O ano de 2019 foi marcado por três atos eleitorais de enorme relevância, as eleições europeias, legislativas e Regionais da Madeira.

**Um dos pressupostos e pontos de partida assumido pela Secretaria Geral na gestão destes eventos foi o de controlo absoluto da despesa, de modo a que o PSD não viesse a ser sobrecarregado com mais passivo.** E a missão, difícil pela mudança de comportamentos necessária, pela criação de mecanismos de controlo e responsabilidade foi, como se constata e com o esforço de muitos, bem-sucedida.

Eleições	Contribuição Local	Contribuição Sede Nacional	Total Contribuições	Subvenção Estatal	Despesa Financeira	Resultado Campanha	Resultado Consolidado FY19
Europeias	11 961,52 €	19 335,34 €	31 296,86 €	850 241,59 €	881 538,45 €	- €	31 296,86 €
Legislativas Nacionais - A.R.	5 688,00 €	- €	5 688,00 €	1 853 541,23 €	1 861 748,54 €	2 519,31 €	8 207,31 €
Legislativas Regionais - Madeira	- €	97 481,20 €	97 481,20 €	250 513,58 €	347 994,78 €	- €	97 481,20 €

Analisando a tabela supra constata-se que as eleições europeias tiveram um resultado de campanha nulo, tendo o Partido e as suas estruturas contribuído com 31 mil euros para a campanha.

**Nas eleições legislativas o resultado de campanha foi negativo nos escassos 2.519 euros**, o que evidencia bem o cuidado na gestão da despesa e os frutos do uso de estimativas cautelosas quanto às receitas. Duas estruturas do Partido – de Faro e de Lisboa – decidiram utilizar verbas para reforçar os seus orçamentos de campanha, tendo aportado 5.688 euros adicionais de fundos.

**Deste modo, na campanha das legislativas a subvenção pública pagou quase a totalidade da campanha, o que contrasta muito com o resultado de 2015.** Nas anteriores eleições a diferença entre a despesa e a subvenção foi superior a 1,9 milhões de euros, o que exigiu ao Partido a alocação deste valor não previsto para liquidação de passivo. **Em 2019 foram gastos apenas 1,86 milhões de euros, quando em 2015 tinham sido gastos 4,6 milhões de euros.**



No caso das eleições Regionais da Madeira o PSD Nacional negociou, pela primeira vez, um empréstimo com o Banco BPI para afetar verbas à campanha na Madeira e dispôs de fundos próprios da Sede na ordem dos 100 mil euros, atribuídos a fundo perdido no caso de não poderem ser reembolsados pelo PSD Madeira com o valor da subvenção. **A ideia do modelo arquitetado assentou no princípio de que nenhum euro deveria deixar de ser pago a tempo e horas aos fornecedores da campanha regional, propósito que foi integralmente cumprido.**

A despesa total na Madeira cifrou-se em cerca de 348 mil euros, o que contrasta muito com as eleições Regionais de 2015, onde foram gastos mais de 885 mil euros. Isto só foi possível pelo apertado controlo da Secretaria Geral que, em estreita colaboração com o PSD Madeira e o com o respetivo mandatário financeiro, delineou os *guide lines* financeiros para a campanha eleitoral.





## OUTROS EVENTOS OU INICIATIVAS:

O PSD organizou em 2019 alguns eventos inéditos como a 1ª Convenção Nacional do Conselho Estratégico Nacional (CEN), no Europarque, em Santa Maria da Feira, e, ainda, os encontros descentralizados do CEN que ajudaram a construir o programa eleitoral do PSD que viria a ser apresentado nas eleições Legislativas de outubro de 2019. Foram um total de 16 eventos, organizados em vários locais do país, com um custo total de 62,5 mil euros.

Nº.	Evento CEN	Data	Local	Gastos
1	Reunião Nacional CEN	12/01/2019	Coimbra	1 118,20
2	1ª Convenção CEN	16/02/2019	Santa Maria da Feira	52 383,77
3	Reunião CEN Finanças Públicas	04/05/2019	Lisboa	450,00
4	Reunião CEN Ambiente, Energia e Natureza	04/05/2019	Leiria	338,25
5	Reunião CEN Assuntos Europeus	09/05/2019	Lisboa	670,00
6	CEN Segurança Interna e Proteção Civil	11/05/2019	Santarém	503,00
7	CEN Reforma do Estado, Autonomias e Descentralização	11/05/2019	Viseu	92,25
8	CEN Relações Externas e Defesa Nacional	01/06/2019	Albufeira	2 347,30
9	CEN Convenção Nacional de Educação, Juventude e Desporto	01/06/2019	Torres Novas	184,50
10	CEN Justiça, Cidadania e Igualdade	15/06/2019	Coimbra	1 868,90
11	CEN Solidariedade e Sociedade de Bem Estar	22/06/2019	Aveiro	646,00
12	CEN Economia, Trabalho e Inovação	29/06/2019	Leiria	592,63
13	CEN Ensino Superior, Ciência e Tecnologia	29/06/2019	Lisboa	790,00
14	CEN Infraestruturas	29/06/2019	Porto	198,50
15	CEN Assuntos do Mar	06/07/2019	Sagres	215,25
16	CEN Agricultura, Florestas e Alimentação	06/07/2019	Santarém	121,50
<b>Total Gastos (euros)</b>				<b>62 520,05</b>

Os eventos do CEN, com particular destaque para a 1ª Convenção em Santa Maria da Feira, reforçaram a imagem pública do Partido, a sua mais-valia para o debate político e contribuíram decisivamente para a perceção de que o PSD é um Partido com ideias, habilitado e capaz para reformar Portugal.

**O CEN é uma organização do PSD criada nesta liderança e que contou com 1.730 inscritos até ao final do ano**, militantes ou não militantes, que colaboraram para a produção de ideias e reformas que o Partido depois pôde aproveitar, desde logo, aquando a elaboração do Programa Eleitoral para as Legislativas.

Adicionalmente, organizou-se a celebração do aniversário do Partido que consistiu na promoção e apelo aos militantes para a visualização da projeção de um filme sobre Francisco Sá Carneiro em vários cinemas do país, a saber, em Vila Real, no Porto, em Braga, em Aveiro, em Viseu, em Coimbra, em Leiria, em Santarém, em Lisboa, em Beja e em Faro. Este evento contou com a participação de muitos militantes espalhados pelo território, que no mesmo dia puderam assistir a esta projeção. O número de participantes terá atingido as 3.832 pessoas.

Iniciativa/Evento	Gasto líquido em € em 2018	Gasto líquido em € em 2019	Variação
Comemoração do Aniversário do Partido	11 891,68	1 618,00	-86,39%
Festa do Pontal	16 281,27	42 355,19	160,15%
Universidade de Verão (quota-parte do PSD)	64 279,71	65 844,44	2,43%

A **Festa do Pontal** organizou-se em Monchique, num lugar histórico onde Francisco Sá Carneiro chegou a marcar presença. Foi uma celebração do Partido que contou com o forte empenho da Comissão Política Algarvia e a mobilização de muitos militantes e participantes. **O evento foi organizado numa modalidade eco sustentável**, com a eliminação dos plásticos, privilegiando os materiais recicláveis e com o recurso a uma parceria com uma entidade para o tratamento de resíduos. O evento contou ainda com a montagem de barraquinhas, algumas exploradas autonomamente por terceiros. O acréscimo de custos do Pontal é justificado pelo redimensionamento do evento, quando comparado com o ano anterior, mas ainda assim assumindo um valor inferior ao gasto em anos anteriores (por exemplo, em 2017, o custo do Pontal ascendeu a 77,5 mil euros).





## REVISÃO DOS REGULAMENTOS DO PARTIDO:

---

Continuando o trabalho iniciado no ano anterior, em 2019 foi revisto o Regulamento Financeiro do PSD e inserida uma pequena alteração no Regulamento de Quotizações.

No Regulamento Financeiro foram inseridas normas de reforço da responsabilização na gestão dos dinheiros do Partido, dentro ou fora de campanha eleitoral, na proibição do uso de fundos de caixa pelas estruturas do partido sem autorização do Secretário-Geral do PSD, de clarificação sobre o pagamento de quotas de militantes das comunidades portuguesas ou das estruturas regionais e sobre a necessária autorização do Secretário-Geral para que as estruturas possam arrendar sedes, entre outras.

Recorde-se que em matéria de pagamento de quotas o que sucedia antes da tomada de posse da atual Comissão Política Nacional em 2018 era que muitos militantes, das Regiões Autónomas ou das Comunidades Portuguesas, não pagavam quotas ao PSD, mas votavam em eleições internas, contribuindo esta situação para a eventual adulteração de resultados eleitorais. Só nas Comunidades Portuguesas existiam sempre cerca de 3.000 militantes em condições de votar, sem que os mesmos pagassem quotas, na sua generalidade, algo que era absolutamente inadmissível e criava uma situação de perfeita discriminação face aos militantes no continente e de violação dos Estatutos do Partido que condicionam o direito de eleger e de ser eleito ao pagamento atualizado de quotas nos termos de Regulamento a fixar pela Comissão Política Nacional (n.º 3 do artigo 6.º dos Estatutos do PSD). A este propósito, refira-se que em 2019, na sequência da marcação das eleições internas, existiu um diferendo sobre esta matéria com o PSD Madeira, dado que a estrutura regional incumpria e continua a não cumprir os Estatutos do PSD nesta matéria e, bem assim, o Regulamento de Quotizações aprovado pela Comissão Política Nacional. Aprovaram, inclusive, já em 2020, um Regulamento de Quotas Regional que viola as normas orgânicas dos Estatutos do PSD. Por outro lado, o PSD Açores tem vindo a trabalhar de modo estreito com a Sede Nacional para a regularização desta situação, que deverá ficar concluída em 2020, e que possibilitará o acesso a instrumentos de gestão da militância e a uniformização dos sistemas informáticos do Partido.



Sobre as normas inseridas no Regulamento Financeiro para a autorização da criação de fundos de caixa, a matéria ganha especial relevância dado **o saldo de caixa existente no PSD Madeira, que ascendeu, no final de 2019, a 151,5 mil euros**, e que tem vindo a ser sinalizado nos relatórios de auditoria da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos. Na evolução deste saldo constata-se que existiu uma redução entre 2017 e 2019 de 5.504 euros. O PSD Nacional tem vindo a solicitar ao PSD Madeira que regularize esta situação, tendo proibido o aumento dos saldos de caixa com a aprovação da norma no Regulamento referido. **Este é, aliás, um dos grandes motivos que deve impedir o pagamento de quotas nos moldes em que tal vinha sendo realizado, i.e., na estrutura Regional e com pagamentos em numerário ou por qualquer outra via que não seja autorizada pela Sede Nacional.**



## NOTAS SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS:

---

**O ano de 2019 veio reforçar a tendência já verificada em 2018 de resultados líquidos positivos. Em 2019 o resultado líquido foi de 891,6 mil euros**, quando em 2018 tinha sido de 764 mil euros. Estes valores contrastam com o registado em 2017 que ascendeu a um valor negativo de 2,48 milhões de euros.

Devido às políticas de contenção de gastos e ao ano eleitoral, registou-se uma redução nos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) de 650 mil euros e 371 mil euros nos gastos com pessoal, neste caso por força do ano eleitoral, da negociação de pré-reformas, das baixas médicas ou aposentações/reformas.

Do lado dos rendimentos as quotas e outras contribuições ascenderam a 926 mil euros. Note-se que em 2019 **vigorou, desde meados de março, o novo sistema de pagamento de quotas, com a introdução de referências de pagamento por multibanco aleatórias e conhecidas apenas pelo próprio militante. Uma medida que se reputou como essencial para o aumento da transparência no funcionamento interno do Partido, com o consequente reforço da democracia dos atos eleitorais.** Este é um caminho, aliás, que o Partido não deve abandonar se quiser manter a sua imagem de credibilidade interna e junto da opinião pública, apesar das confessadas tentativas para que a reforma realizada fosse abandonada ou fortemente descredibilizada.

Na rubrica dos donativos registou-se um ligeiro reforço face a 2018, com um valor de 203 mil euros.

O impacto das eleições autárquicas intercalares ocorridas em 2019 e não subvencionáveis não assumiram valores dignos de referência (resultado negativo de sete mil euros).

Sobre a redução da subvenção estatal, entre as eleições legislativas de 2015 e o ano de 2018, o Partido viu o valor que recebia em função dos resultados eleitorais ser reduzido de 511 mil euros naquele ano, para 383,88 mil euros no ano de 2018, significando essa quebra de rendimentos uma variação de menos 24,9%. Em 2019, o montante da subvenção sofreu uma variação negativa de 38 mil euros por mês com os resultados das eleições legislativas de outubro de 2019. Este decréscimo foi absorvido pela reestruturação financeira iniciada em 2018, que tornou possível a eliminação do défice mensal até então existente na gestão corrente. O valor mensal da subvenção com as eleições de outubro passou a ser, então, de 352 mil euros mensais, valor que contrasta com os 390 mil euros recebidos por mês antes das legislativas, ou o valor de 511 mil euros recebidos até 2015, ano a partir do qual se assistiu a cortes substanciais na subvenção pública.

Gastos	Valor em € no ano de 2017	Valor em € no ano de 2018	Valor em € no ano de 2019	Variação % 2018/2019
Deslocações e estadas	227 658,46	161 679,56	161 178,23	-0,31%
Telecomunicações	121 096,22	72 941,86	54 915,39	-24,71%
Servidores informáticos do Partido - NOS	114 860,89	96 764,24	115 656,54	19,52%
<i>Deloitte</i>	77 490,00	77 859,00	78 597,00	0,95%
Combustíveis	75 479,00	42 883,97	52 150,31	21,61%
Vigilância e segurança	69 892,32	71 442,49	76 349,87	6,87%
Prestação de serviços <i>media</i>	51 660,00	15 525,06	7 084,80	-54,37%
Manutenção de viaturas	40 655,51	17 949,63	22 833,92	27,21%
Serviço de correio postal (CTT)	40 561,00	42 397,57	39 634,58	-6,52%
Seguros	36 650,99	34 729,66	35 657,95	2,67%
Web site do PSD	30 253,29	27 023,09	-	-
<b>Total</b>	<b>886 257,68</b>	<b>661 196,13</b>	<b>644 058,59</b>	<b>-2,59%</b>

Apresentam-se em termos comparativos algumas rúbricas dos gastos do PSD.

O PSD reduziu em 2019 em cerca de 2,59% os principais Fornecimentos e Serviços Externos. Um dos gastos que terá obrigatoriamente de ser revisto respeita ao contrato com a NOS, relacionado essencialmente com os servidores informáticos do Partido e as comunicações fixas da Sede Nacional. Este contrato, assinado no início de 2018 ainda pela anterior direção do Partido, representa um custo desajustado, que deve ser reequacionado com o fim do período de fidelização.

Em 2019 iniciou-se a elaboração de um caderno de encargos com vista ao lançamento de um concurso para os seguros do Partido que, além dos riscos já hoje cobertos, deve ser atualizado para a inclusão de outros riscos que não se encontram contemplados. Este processo deve ser concluído em 2020.

No respeitante à utilização de viaturas, verificou-se que o PSD suportou entre 2015 e 2017 o montante de 8.985 euros em multas, um valor médio anual de 3.000 euros, facto que não pode ser admitido por um Partido que se quer reconhecido como cumpridor. Assim, em 2018, foi instalado nas viaturas propriedade do PSD um sistema de controlo de velocidade por GPS e instruídos os colaboradores ao cumprimento das regras de utilização de viaturas. O controlo introduzido nesta matéria conduziu a uma quebra das penalidades aplicadas ao PSD, que em 2019



registaram um valor total de 1.090,76 euros (em 2018 esse valor foi de 1.572,75 euros).

Em 2019, a Sede Nacional do Partido transferiu para apoio às estruturas internas e autónomas, em **subsídios ordinários**, o montante de **520.295,39 euros**. Ademais, transferiu **às estruturas** o montante de **176.546,38 euros de quotas dos militantes e, já em 2020, mas referente ao quarto trimestre de 2019, o valor adicional de 151.585,78 euros**. E este valor só não terá sido maior por causa da necessidade de retenção de quotas pela Sede Nacional para o contributo para as despesas relacionadas com a organização do Congresso Nacional do PSD, na sequência das eleições internas e o pagamento de injunções relacionadas com dívidas de campanhas para as autarquias locais transatas. A título de subsídios extraordinários o Partido transferiu 91.902,40 euros, verba esta relacionada, por exemplo, com o projeto de apoio ao arrendamento “Além Tejo”, que se manteve, ou, ainda, o apoio à realização de obras em imóveis do Partido.

No orçamento do PSD para 2019 foi contemplado, com base em critérios transparentes e objetivos, uma dotação adicional para ajudar a solucionar pequenas dívidas autárquicas de 2017, em casos onde não se tenham verificado violações dos respetivos orçamentos de campanha, evidenciando-se assim que o PSD está ao lado de quem cumpre. Este montante utilizado em articulação com as estruturas distritais ascendeu a 80 mil euros.

Visando a redução dos custos expressivos com o correio postal (CTT) - muito devido à emissão e remessa dos avisos de pagamento de quotas -, já em 2018 se tinha procedido ao desenvolvimento e implementação de um sistema de avisos de pagamento de quotas por e-mail e *sms* e ao retomar da rotina de suspensos (militantes que deixaram de pagar quotas por mais de dois anos em cumprimento do n.º 6 do artigo 9.º dos Estatutos do PSD). O impacto desta medida na redução de custos com CTT foi substancial e permitiu acomodar o envio de novas comunicações em massa em 2019, que se mostraram necessárias, como sejam, o envio do cartão de militante com um novo *layout* a todos os militantes que pagaram quotas e, no final de 2019, o envio de informação aos militantes sobre o novo sistema de pagamento de quotas a propósito das eleições internas (48.689 cartas enviadas por CTT, com um custo na ordem dos 19.500 euros. Esta comunicação foi também enviada por e-mail para os militantes com o registo desse contacto). É este motivo que justifica que as despesas com os CTT se tenham mantido muito idênticas, ainda que menores

## RECURSOS HUMANOS E BALANÇO SOCIAL:

do que em 2018. Sem este envio as despesas com CTT teriam ficado abaixo dos 20.000 euros, evidenciando, face a anos anteriores, uma quebra de mais de 50% do custo na rubrica com o correio postal.

Os colaboradores do PSD não sofrem atualizações salariais desde, pelo menos, 2008, atentas as dificuldades porque tem passado o Partido. De referir, até neste ponto, que a defesa da saúde financeira da nossa instituição deve ter em vista a capacidade de o Partido poder continuar a desenvolver a atividade para o qual foi criado - a política -, mas também, o cumprimento dos compromissos que estabeleceu com os seus colaboradores.

Porque as reformas internas neste campo não podem ocorrer de modo discricionário, já em 2018 se procedeu a um levantamento exaustivo de todas as eventuais contingências laborais. Partindo desse trabalho e do estudo feito com a Deloitte no início de 2020 encontram-se reunidas as condições para a

<b>Data</b>	<b>01.01.2018</b>	<b>18.02.2018</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2019</b>
Nº. de colaboradores	81	78	76	73

<b>Faixa etária</b>	<b>Nº. de colaboradores</b>
até 25 anos	1
25 a 35 anos	7
mais de 35 até 45 anos	19
mais de 45 anos até 60 anos	27
mais de 60 anos	19

<b>Distribuição por qualificações</b>	<b>Nº. de colaboradores</b>
Ensino básico	5
Ensino secundário	32
Ensino superior	33
Mestrado	2
Doutoramento	1

reestruturação dos recursos humanos e a introdução de uma maior equidade salarial entre trabalhadores, considerando as funções que desempenham.

<b>Movimentos</b>	<b>2018</b>
Aposentações/reformas	-4
Pré-reformas (negociadas)	-1
Novas contratações (contrato a termo para substituição temporária de outro colaborador)	6
Contratação - direção/assessoria política	0
Denúncia de contrato - direção/assessoria política	-1

<b>Ausências ao trabalho</b>	<b>Nº. de dias</b>	<b>Colaboradores abrangidos</b>
Baixa médica por doença	873	12
Licença de maternidade ou paternidade	104	2
Faltas justificadas	144	25
Faltas injustificadas	0	-

O número de colaboradores do PSD manteve-se relativamente estável em 2018.





## CONTENCIOSO JUDICIAL E AUTÁRQUICO:

---

Relativamente ao movimento de colaboradores ou factos com estes relacionados, resumem-se de seguida os mais relevantes.

Em 2019 não foram instaurados processos disciplinares.

No ano de 2019 o número de ações executivas ou processos injuntivos reduziu-se. **O PSD foi notificado de seis processos referentes a dívidas das autárquicas de 2017, com um valor reclamado de 59.531,71 euros**, incluindo capital, taxas de justiça, custas e juros de mora. Parte destes processos relacionou-se com dívida que não foi assumida por mandatários financeiros ou respetivas estruturas de campanha e foi contestada ou paga pelo PSD.

**Face às deficiências da Lei de financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais os tribunais continuam a decidir em favor dos fornecedores, mesmo quando a dívida criada não foi autorizada pelo Partido. Este facto evidencia a necessidade da cabal clarificação da lei, visto que não é razoável que alguém possa ser condenado a pagar algo que não autorizou ou para o que nunca foi consultado, ou mesmo quando existiu uma exorbitância de poderes por aqueles que eram mandatários financeiros ou integravam uma estrutura de campanha.**

Recorde-se que o número de injunções ou execuções em 2018 tinha sido de 20, abrangendo um valor de 191.102,42 euros, incluindo capital, taxas de justiça, custas e juros de mora.

Todas as injunções ou ações executivas que suscitaram dúvidas à Secretaria Geral foram contestadas. A defesa do património do Partido demanda uma reação face a despesas cuja exigibilidade é duvidosa.

No início de 2019, a propósito da revisão do **Regulamento Financeiro do Partido foi emitida uma proibição da contratação de fornecedores que tenham tido litígios com o Partido sem autorização prévia do Secretário-Geral**, já que o que se vinha verificando é que algumas candidaturas autárquicas, ato eleitoral após ato eleitoral, as mesmas pessoas, muitas das vezes, contraíam despesa, não pagavam e era a Sede Nacional que se via a braços com ameaças, execuções ou penhoras, sem que os responsáveis pelas dívidas as assumissem ou respondessem aos contactos da Secretaria Geral. A responsabilidade financeira do Partido pertence ao Secretário-Geral e será assumida tanto quanto necessário, em toda a sua extensão, em defesa do Partido, da transparência e do seu património.

Pela primeira vez, durante o ano de 2019, o PSD tomou a iniciativa de propor uma ação no Centro de Arbitragem Administrativa e Tributária (CAAD) contra a Autoridade Tributária e Aduaneira. Isto porque, apesar do que dispõe o artigo 10.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, que atribui isenção do imposto municipal de imóveis (IMI) aos partidos, conquanto as suas sedes estejam afetas à sua atividade política, a AT decidiu, unilateralmente, fazer cessar as isenções atribuídas sem justificação. De modo a obviar ao atraso na resolução destes casos num tribunal, que se poderia arrastar por vários anos, foi possível logo ao fim de cerca de 3 meses obter uma decisão favorável, não através da condenação da AT, mas de uma revisão oficiosa do ato tributário por iniciativa da entidade tributária. Essa decisão, de elementar justiça e legalidade, permitiu, depois, reverter a generalidade das situações em que indevidamente a AT tinha procedido ao cancelamento retroativo da isenção de IMI sobre os prédios onde funcionam sedes do Partido, com exceção de alguns casos que se encontram ainda pendentes. O valor recuperado com esta iniciativa ascende a 2.020,45 euros por ano, até ao momento.

Este é um tema que também deveria merecer uma cabal clarificação na lei, não para aumento de benefícios aos partidos, mas para que não pudesse um ato unilateral e discricionário da administração conduzir a uma situação de flagrante e clamorosa ilegalidade.

Por fim, **deve dar-se nota que o PSD regularizou em 2019 o valor de 34.382,60 euros ao Grupo Parlamentar do PSD, referente a penhoras por dívidas do PSD que recaíram sobre contas bancárias do Grupo Parlamentar, dada a coincidência do número de identificação fiscal entre as duas entidades.**



## NOVO PROGRAMA DE FICHEIROS E APP MOBILE E PC:

No ano de 2019 continuaram os desenvolvimentos do novo sistema informático do Partido para a gestão da vida interna do PSD. Foram dados passos de gigante na modernização, com o lançamento de importantes aplicativos que marcaram um ponto sem retorno na história interna do PSD.

Em abril foi lançada a nova **APP mobile do Partido** que veio permitir o pagamento de quotas do militante por *mbway*, cartão de crédito ou referência de multibanco e, ainda, a regularização simplificada de suspensos. O militante passou a ser completamente autónomo no pagamento da sua quota. **O número de militantes registados, com acesso à área de pagamentos, ascendeu no fim do ano a 4.492 utilizadores**, um número extraordinário, tendo em conta que o módulo de pagamentos ficou apenas disponível em meados do verão de 2019.

Em agosto, a Secretaria Geral lançou um inovador **sistema de pedido de referência de pagamento da quota por multibanco através do simples envio de uma sms para o número 927 587 111**. Para o efeito, basta que o militante escreva o seu número de militante e caso o contacto de telemóvel coincida com a informação registada nos ficheiros do partido é informado automaticamente no espaço de cerca de um minuto ou da referência de pagamento ou da validade da sua quota. Apesar de ter sido lançado apenas em agosto, este sistema mostrou-se essencial nas eleições internas do partido no final do ano e mereceu uma adesão pelos militantes que superou qualquer expectativa. **Entre agosto e dezembro de 2019 foram recebidos 47.320 pedidos de informação de militantes neste serviço**.



**SMS: 927 587 111**

**REFERÊNCIA DE MB PARA O PAGAMENTO DA QUOTA**  
Envie um sms com o n.º. de militante do seu número móvel registado para 927587111




**INSTRUÇÕES**


- ✓ Envie um sms do seu n.º. de telemóvel registado no Partido e receba uma resposta automatizada
- ✓ Aceda a outros meios de pagamento na APP mobile do PSD (mbway e cartão de crédito)
- ✓ Atualize os seus dados de contacto através do e-mail [implantacao@psd.pt](mailto:implantacao@psd.pt)

**INSTALE A APP MOBILE DO PSD**

**PARA MAIS INFORMAÇÕES:**  
**213 918 500**



ANDROID



APPSTORE





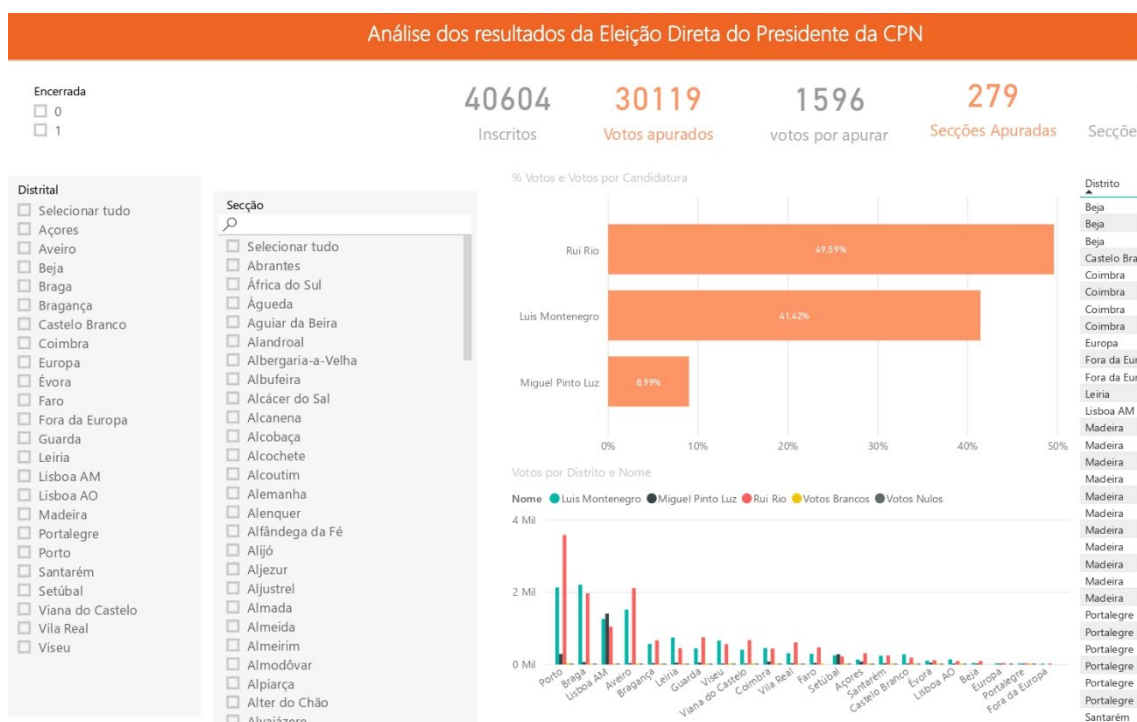
No final do ano foi disponibilizado às estruturas do Partido um inovador sistema de acesso a listagens de militantes. Anteriormente, este serviço era realizado de forma manual, com solicitação da informação por e-mail à Sede Nacional. Com a criação de uma plataforma para PC, as estruturas do Partido eleitas, após a assinatura dos Termos de Utilização do Serviço, onde se comprometem com regras de confidencialidade e de proteção de dados, passam a ter acesso a um sistema informático com total autonomia que permite a extração da informação *online*. Este foi apenas mais um passo no caminho de modernização que vem sendo trilhado e que atingirá já em 2020 o seu ponto alto, com a introdução da inscrição/filiação do militante com a chave digital do cartão de cidadão, sem necessidade de assinatura em papel de documentos e a aprovação dos pedidos de filiação pelas estruturas num processo desmaterializado em *workflow* (para a utilização da chave digital do cartão de cidadão foi assinado em 2019 um protocolo com a Agência de Modernização Administrativa (AMA)).

A propósito das **eleições internas** para a presidência do PSD foi atribuído a cada uma das candidaturas apresentadas um acesso informático para a consulta da informação sobre militantes e o carregamento de delegados fiscalizadores de listas com geração de credenciais de delegado para apresentação nas mesas de voto. Este sistema permitiu aumentar a imagem de credibilização do Partido, aumentar a transparência do processo eleitoral e acelerar os processos burocráticos da sede, que assentavam em sistemas obsoletos ou manuais.

O processo eleitoral interno motivou, igualmente, **a atualização de dados de militantes**, dado que tal se passou a reputar como essencial para o acesso à referência de pagamento da quota de militante. Assim, **em 2019 o partido promoveu à atualização de 35.923 contactos, um número que releva, imediatamente, pela dimensão**. Recorde-se que os Estatutos do PSD, no seu

artigo 5.º, n.º 5, determinam a obrigatoriedade da atualização geral do ficheiro nacional de militantes de cinco em cinco anos, obrigação cujo cumprimento não há memória nos últimos anos. Com o esforço empenhado procedeu-se assim a uma das maiores atualizações de dados do Partido. Este facto é de enorme relevância, pois só com dados atualizados é possível manter o contacto regular com os militantes e transmitir a informação sobre a atividade e posição política do Partido.

É de notar, igualmente, **o contributo do novo sistema informático para a transparência do processo eleitoral interno para a Presidência do PSD.** Pela primeira vez, foi disponibilizado em *real time* no site do Partido a evolução do pagamento de quotas até ao nível da Secção, a evolução do número de ativos e de adesões à *app mobile* do PSD. **Esta informação permitiu que qualquer militante ou interessado pudesse acompanhar a vida interna do Partido, estabelecendo-se um patamar de divulgação de dados relevantes nunca alcançado por qualquer outro partido político. E, no PSD, este ponto deve manter-se no futuro, sob pena de um grave retrocesso na forma de funcionamento da democracia interna.**



A disponibilização desta informação no site do Partido originou um número de acessos recorde nas duas voltas das diretas do PSD.

Apresenta-se, em seguida, um ponto de situação da evolução do processo de inovação informático, assinalando-se a verde as áreas que tiveram conclusão ou que foram praticamente concluídas até ao final do ano.





## CONTAS BANCÁRIAS EM NOME DO PSD E NÃO UTILIZADAS PELO PARTIDO:

---

Há vários anos que os relatórios quer do Revisor Oficial de Contas quer da auditoria levada a cabo pela ECFP vinham mencionando a existência de contas bancárias tituladas pelo PSD, mas não consolidadas nas suas contas, ou contas bancárias aqui registadas, mas com saldo inconciliável. A Sede Nacional não tendo acesso às mesmas (recorde-se que muitas derivam de coligações eleitorais pretéritas), desconhecia em que contexto tinham sido abertas, quem eram os seus procuradores e se pertenciam efetivamente ao PSD. O PSD está objetivado em conseguir uma drástica redução do número de contas existente no seu universo fiscal, tratando-se de um tema sistematicamente fustigado pelos órgãos fiscalizadores e que denota a ausência de cuidado que muitas estruturas patenteiam no tratamento das mesmas. Note-se que no passado era fácil a abertura de contas bancárias em nome e com o número de contribuinte do PSD, algo que não sucederá hoje com a evolução do sistema bancário. Assim, tendo falhado algumas diligências anteriores a 2018 para a resolução do tema, a Secretaria Geral reuniu ao mais alto nível com várias dessas instituições de crédito com vista a identificar o contexto da abertura dessas contas associadas ao número fiscal do Partido.



## SUBVENÇÃO ESTATAL



Para aferir-se o valor da subvenção importa considerar o valor do Indexante de Apoio Social (I.A.S.) para 2019, que se cifrou nos € 435,76 e um conjunto de outras regras, em seguida discriminadas.

O n.º 1 do art.º 3º da Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro, que estabelecia a redução das subvenções para financiamento dos partidos políticos em 10% até 31 de dezembro de 2013, foi alterado pelo art.º 1º da Lei n.º 1/2013 de 3 de janeiro, estipulando que essa redução vigore até 31 de dezembro de 2016.

Na presente data a Lei n.º 1/2013, suprarreferida, já foi substituída pela Lei n.º 4/2017 de 16 de janeiro, tornando os mencionados cortes provisórios em definitivos, logo com impacto nas Demonstrações aqui apresentadas.

A atribuição da subvenção considera os resultados eleitorais, pelo que deve recordar-se os resultados eleitorais obtidos na eleição para os deputados à Assembleia da República, realizada em 4 de outubro de 2015, que ditaram a vitória da Coligação eleitoral “Portugal à Frente”, constituída pelo P.P.D./P.S.D. Partido Social Democrata e pelo C.D.S.- P.P. – Partido Popular. Os referidos resultados totalizaram 1.993.504 votos, dividindo-se do seguinte modo:

- Círculos eleitorais do Continente: 1.981.008 Votos;
- Círculos eleitorais da Europa: 5.340 Votos;
- Círculos eleitorais de fora da Europa: 7.156 Votos.

O acordo-quadro estabelecido entre as partes da Coligação determinava que a repartição no cálculo da subvenção pública fosse efetuada com base numa percentagem de 76,76% atribuída ao P.P.D./P.S.D. Partido Social Democrata.

Já no que se refere aos círculos eleitorais das regiões autónomas, os resultados obtidos pelo P.P.D./P.S.D. Partido Social Democrata, totalizando 80.841 votos, foram os seguintes:

- Região Autónoma dos Açores: 33.665 Votos;
- Região Autónoma da Madeira: 47.176 Votos.

Ora, tendo presente estes pressupostos, o montante anual de subvenção pública atribuída ao PSD pela Assembleia da República, pós-eleições 2015 e para o ano de 2019 (até outubro de 2019 - data das legislativas subsequentes), calcula-se da seguinte forma:

Correspondente à coligação “Portugal à Frente”:

$$1.993.504 \times 76,76\% \times \text{€ } 435,76 \times 1/135 - 10\% = \text{€ } 4\,445\,372,73$$

Para o P.P.D./P.S.D. Partido Social Democrata:

$$80.841 \times \text{€ } 435,76 \times 1/135 - 10\% = \text{€ } 234\,848,49$$

Correspondendo a uma subvenção mensal até às eleições de outubro no montante de € 390 018,44.

Já no pós-eleições de outubro os cálculos são os seguintes:

Resultado obtido pelo P.P.D./P.S.D. - 1.417.492 votos no continente e nas regiões autónomas; e 36.791 nos círculos da emigração, totalizando 1.454.283 votos

$$1.454.283 \times \text{€ } 435,76 \times 1/135 - 10\% = \text{€ } 4.224.789,07 \text{ anuais (€ } 352.065,76 \text{ mensais).}$$



## NOTAS FINAIS - NORMAS A QUE O PSD SE ENCONTRA SUBMETIDO:

O Partido Social Democrata encontra-se submetido, desde logo, ao cumprimento dos seguintes normativos:

- a) Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais, aprovada pela Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, entretanto revista e atualizada ao longo dos anos;
- b) Lei dos Partidos Políticos, aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de agosto;
- c) Lei da Organização e Funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (E.C.F.P.), aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro;
- d) Regulamento Financeiro do PSD;
- e) Manual de Procedimentos para a Área Financeira do PSD;
- f) Regulamento n.º 16/2013 da E.C.F.P., publicado no Diário da República, Série II, de 10 de janeiro de 2013.





## CONCLUSÃO:

---

Feita a apresentação das contas e das atividades ou atos de gestão mais relevantes, importa concluir que 2019 foi um ano de reforço da militância, um ano de abertura de novos espaços de participação como o Conselho Estratégico Nacional e um ano desafiante com três grandes atos eleitorais (europeias, legislativas e Regionais da Madeira). Notando que neste último ato eleitoral o PSD saiu, mais uma vez, vencedor.

No que respeita aos atos eleitorais deverá enaltecer-se a qualidade dos candidatos mais conhecidos aos três atos eleitorais, a saber, o Presidente do Partido, Dr. Rui Rio, o nosso companheiro Dr. Paulo Rangel e o nosso companheiro Dr. Miguel Albuquerque. A eles somam-se os Secretários-Gerais Adjuntos e todos os demais candidatos e colaboradores que souberam vestir a camisola e levar a bandeira do PSD mais longe, a cada português. A todos eles, enquanto Secretário-Geral, manifesto o meu profundo agradecimento e reconhecimento. Não olvido, também, os candidatos nas eleições intercalares, que apesar de não terem tanta visibilidade não deixam de prestar a sua entrega à causa pública.

No que respeita às contas do Partido, continuando o trabalho iniciado em 2018, verifica-se uma melhoria do resultado líquido do partido, que atingiu o valor de 891 mil euros e uma substancial redução do Passivo em 1,2 milhões de euros. Na redução do Passivo deve referir-se a devolução de 500 mil euros de subvenção recebida em excesso à Assembleia da República e o pagamento a fornecedores, essencialmente das eleições autárquicas de 2017. O Passivo cifrou-se no final do ano em 8,5 milhões de euros, tendo descido a barreira dos 9 milhões de euros.

A situação líquida do Partido foi, deste modo, reforçada, atingindo um valor positivo de 19 milhões de euros, que contrasta com a falência técnica em que o Partido estava antes de 2018.

O valor do Passivo é, no entanto, ainda um valor muito elevado que não deve desviar o Partido do caminho de consolidação das suas contas, pois só um melhor resultado reforçará a liberdade e capacidade política do Partido. Pelo que, deve manter-se o caminho de otimização da despesa e da consciência e responsabilidade na gestão dos fundos do Partido.

A gestão dos três grandes atos eleitorais em 2019 reputou-se essencial para os resultados alcançados, pois o apertado e atempado controlo permitiram a geração de poupanças, uma melhor gestão dos recursos disponíveis e o pagamento atempado dos fornecedores. Aqui devem referir-se os casos das campanhas das legislativas e das Regionais da Madeira que foram possíveis de realizar com custos absurdamente inferiores aos de 2015. E por via do sucesso alcançado não sobreveio mais passivo para o PSD relacionado com estes atos eleitorais.

Recordo que no ano de 2021 o PSD enfrentará as eleições autárquicas que em termos financeiros constitui o maior desafio que temos pela frente e por isso o PSD deve adaptar-se e adotar os instrumentos de gestão necessários para evitar os erros do passado.

Destaque-se, também, a revisão do Regulamento Financeiro e uma ligeira alteração do Regulamento de Quotizações. A par, o grande salto na reforma informática, com a introdução dos sistemas de pagamento de quotas por *mbway*, débito direto, cartão de crédito e referência de multibanco aleatória apenas do conhecimento do militante. Acresce, a disponibilização do acesso a listagens aos dirigentes eleitos através de um aplicativo novo, que vem contribuir para a democratização da vida interna do Partido, a celeridade no acesso à informação e à libertação de recursos na Sede Nacional.

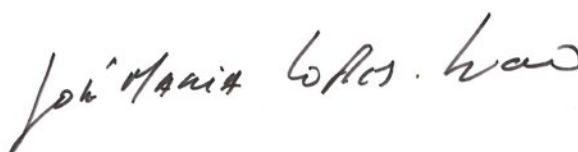
Em conclusão, a Secretaria Geral continuará fortemente empenhada no trabalho que temos pela frente, desde logo, na preparação das eleições autárquicas de 2021, mas também na continuação do reforço da robustez do nosso Partido.

O futuro será do P.P.D./P.S.D. e juntos chegaremos aos portugueses.

A história fará justiça ao PSD e ao trabalho que fizemos, pois nós somos a verdadeira alternativa para governar Portugal.

Lisboa, 02 de julho de 2020.

O Secretário-Geral



José Maria Lopes Silvano